

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.447 – BRASÍLIA, SEXTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2002

COLIGAÇÕES

Tebet vai ao TSE e Supremo. Fogaça relata proposta contra novas regras

Presidente do Senado diz aos ministros Nelson Jobim e Marco Aurélio que o Congresso está inconformado com decisão sobre alianças partidárias, mas observará o princípio da independência e harmonia entre os Poderes



Tebet (D) a Marco Aurélio: Congresso atuará "dentro de suas atribuições constitucionais" para reverter decisão do TSE

O presidente do Senado, Ramez Tebet, esteve ontem com os presidentes do Tribunal Superior Eleitoral, Nelson Jobim, e do Supremo Tribunal Federal, Marco Aurélio Mello. Manifestou inconformismo do Congresso com a decisão do TSE de que as coligações estaduais devem repetir as alianças feitas em nível nacional, mas garantiu que o Legislativo agirá estritamente dentro de suas atribuições. O senador José Fogaça será o relator da proposta que visa anular a decisão do TSE.



José Fogaça

PÁGINA 3

Lúdio quer Forças Armadas no combate à violência

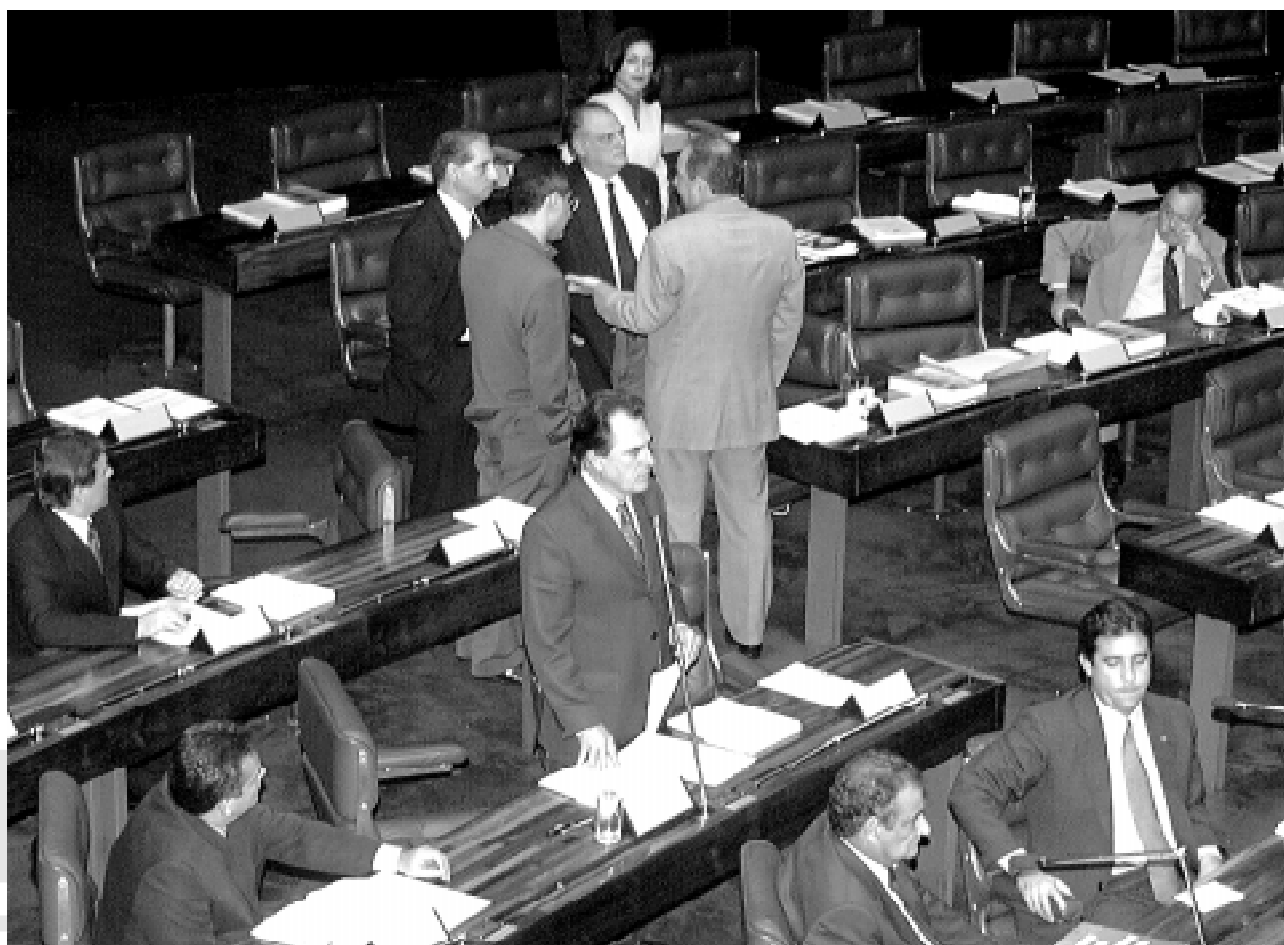
PÁGINA 6

Senado aprova normas para o pessoal de saúde

Normas para formação e atualização de recursos humanos na área de saúde foram aprovadas ontem pelo Plenário do Senado. Ao regulamentar a Constituição, o projeto prevê que a formação de profissionais de saúde, nos níveis de ensino médio e superior, incluirá atividades práticas realizadas, na maior parte, em serviços públicos ligados ao Sistema Único de Saúde (SUS). O Plenário aprovou também projeto do senador Arlindo Porto que regulamenta a profissão de cerimonialista.

PÁGINA 5

No Plenário, Arlindo Porto discursa em defesa de seu projeto de lei que regulamenta a profissão de cerimonialista



BALANÇO

Plenário aprovou MP que fortalece a Comissão de Valores Mobiliários

Já promulgada pelo senador Ramez Tebet, medida possibilita à CVM fiscalizar com mais eficiência empresas de capital aberto. Dirigentes do colegiado terão de ser submetidos à aprovação do Senado

O Plenário do Senado aprovou nesta semana uma medida provisória que busca melhorar a defesa de quem investe no mercado de capitais. Na terça, os senadores concordaram integralmente com a MP que fortalece e moderniza a Comissão de Valores Mobiliários, permitindo que ela fiscalize com maior eficiência as empresas de capital aberto. Agora, o presidente e os diretores da CVM não podem mais ser demitidos pelo presidente da República, o que elimina qualquer chance de interferência em seu trabalho.

A MP foi promulgada imediatamente pelo presidente do Senado, Ramez Tebet, e já se tornou lei. A nova legislação transforma a CVM em entidade de regime especial vinculada ao Ministério da Fazenda, mas com independência



Os senadores também discutiram esta semana proposta que cria tribunais regionais federais na Bahia, em Minas Gerais e no Rio Grande do Sul

administrativa e sem subordinação hierárquica. Os nomes do presidente e dos quatro diretores terão de ser aprovados pelo Senado e cada um exercerá mandato de cinco anos. Só poderá ha-

ver renovação de um dirigente por ano, o que dá continuidade administrativa ao serviço da CVM.

Também esta semana, o Plenário aprovou projeto que inclui 20 novos municípios de Minas Gerais

na Região Integrada de Desenvolvimento do Entorno do Distrito Federal (Ride). Se aprovado pela Câmara, exatamente 41 municípios da região de Brasília terão acesso a verbas federais para projetos de infra-estrutura, criação de empregos, educação, saúde e segurança.

Os senadores discutiram emenda constitucional que cria novos tribunais regionais federais no Paraná, em Minas Gerais e na Bahia. Atualmente, mais de 150 mil ações são julgadas fora desses estados. A emenda não foi votada porque a bancada da Amazônia quer acrescentar um tribunal na região amazônica, cujas ações são hoje remetidas a Brasília. A matéria deve voltar ao Plenário, para votação, nos próximos dias.

Comissão proíbe definitivamente uso do DDT no Brasil

Entre os projetos discutidos e votados esta semana pelas comissões do Senado, encontra-se um de grande importância para a saúde do homem e dos animais, por banir definitivamente do Brasil o produto químico DDT (diclorodifeniltricloroetano), um dos mais perigosos para o meio ambiente. Trata-se de um projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que já foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Outro projeto de destaque, de autoria do senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), foi votado na Comissão de Educação (CE) e prevê que os estudantes negros deverão ter prioridade na concessão de bolsas de estudo por parte das instituições de ensino

classificadas como entidades filantrópicas.

Na terça-feira, as Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Sociais (CAS) promoveram um debate público sobre o projeto do governo que reforma a CLT. Ainda na terça, reuniu-se a Comissão Mista de Segurança Pública, que examina os projetos que podem reduzir a criminalidade no país.

Na quarta, os senadores discutiram a decisão do Tribunal Superior Eleitoral segundo a qual as coligações partidárias para a eleição de presidente da República têm de ser seguidas nas eleições estaduais. Foi apresentada proposta de emenda à Constituição que anula a medida.

Ainda na quarta, a Comissão



Projeto aprovado pela CAS poderá ser enviado imediatamente à Câmara, caso não haja recurso para votação no Plenário do Senado

Mista de Orçamento ouviu os ministros da Fazenda, Pedro Malan, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, sobre os cortes de R\$ 13,2 bilhões no Orçamento deste ano aprovado pelo

Congresso. Malan disse que o governo teve de rever para baixo a previsão de receitas, por causa da desaceleração da economia após o atentado aos Estados Unidos, em 11 de setembro.



AGENDA

SEXTA-FEIRA, 1º DE MARÇO DE 2002

PRESIDENTE
RAMEZ TEBET

PLENÁRIO

9h - Sessão não deliberativa

PREVISÃO
PLENÁRIOSegunda-feira
14h30 - Sessão não deliberativaTerça-feira
17h - Sessão especial

Pauta: Sessão destinada a reverenciar a memória do ex-governador, ex-senador, ex-deputado federal e ex-constituente Mário Covas.

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 125/01, altera o art. 98 da Lei nº 6.880/80, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares; PR nº 01/2002, autoriza a União a contratar operação de crédito externo no valor equivalente a até 100 milhões de dólares americanos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID); PR nº 2/02, autoriza a União a conceder garantia à operação de crédito externo a ser celebrada entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e o Japan Bank for International Cooperation (JBIC), no valor equivalente a até 300 milhões de dólares americanos, de principal; entre outras proposições.

Quarta-feira
14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 99/01, autoriza a doação de imóvel de propriedade do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS); primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera os períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária; entre outras proposições.

Quinta-feira
10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Primeira sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 27/01, institui o Fundo para Revitalização Hidroambiental e o Desenvolvimento Sustentável da Bacia do Rio São Francisco; segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da PEC nº 3/00 (tramitando em conjunto com as PECs nº 12/00 e 14/01), altera os períodos das sessões legislativas e a extinção do pagamento de parcela indenizatória de convocação extraordinária; entre outras proposições.

Sexta-feira
9h - Sessão não deliberativa

COMISSÕES

Terça-feira
10h - Comissão de Assuntos Econômicos
17h30 - Comissão de Educação
18h - Comissão Mista Especial da Crise de Energia Elétrica
Pauta: Exposição do ministro Pedro Parente, presidente da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Wagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz, Geraldo Magela e Jane de Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Tebet considera possível reverter decisão do TSE

Presidente do Senado visita presidentes do TSE e do STF, aponta inconformismo do Congresso com restrição às coligações e garante que princípio da independência e harmonia entre Poderes será preservado

Dutra pede reunião para definir vontade do Congresso

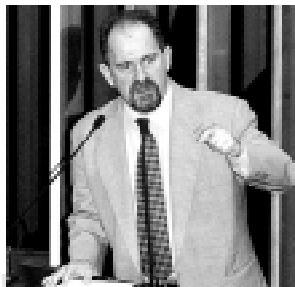
O senador José Eduardo Dutra (PT-SE) propôs ontem, em pronunciamento, que na próxima semana seja realizada reunião dos líderes no Senado e na Câmara para definir se há de fato vontade política no Congresso com relação à proposta de emenda à Constituição (PEC) que garante liberdade de coligação partidária nas eleições. Criticando a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que vinculou as coligações regionais às alianças nacionais, o senador lamentou "o fato de que hoje o noticiário dos jornais mostra que há um posicionamento diferente de líderes da Câmara dos Deputados com relação à PEC".

No Senado, lembrou o parlamentar, a criação da PEC obteve a aprovação da totalidade dos membros da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e foi apresentada com as assinaturas de mais de 50 senadores.

Para Álvaro, determinação é correta mas inoportuna

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) afirmou ontem que a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre coligações eleitorais "tem endereço certo", por haver pretensão do governo de reunir num mesmo palanque os candidatos José Serra e Roseana Sarney. Ele considerou a decisão favorável à moralização política no país, mas tomada em momento inoportuno.

Segundo Álvaro Dias, o Congresso tem muita responsabilidade na atual confusão que resultou da decisão do TSE porque não teve competência para fazer a reforma política, mesmo tendo re-



Dutra: "Decisão do tribunal vai aumentar o comércio de legendas"

– O tribunal de forma nenhuma poderia estar estabelecendo a sua tutela sobre um assunto que foi deliberado no Congresso, sobre aquilo que deveria ser definido pelos partidos no jogo político – acusou o senador. Essa decisão não vai fortalecer os partidos políticos coisa nenhuma. Vai, na verdade, contribuir para um ainda maior esfacelamento. Vai aumentar o comércio de legendas.

Dutra também lamentou declaração do presidente Fernando Henrique Cardoso.

– Ele afirmou que o Tribunal Superior Eleitoral começou a reforma política, como se fosse tarefa do tribunal fazer isso – disse Dutra.

Em aparte, o senador Roberto Freire (PPS-PE) classificou a decisão do TSE como autoritária.

O senador José Fogaça (PPS-RS) uniu-se às críticas à decisão do tribunal e defendeu a PEC como saída para o problema.



Álvaro Dias: Congresso não teve competência para fazer reforma política

conhecido que o modelo brasileiro é retrógrado e não atende às necessidades políticas de um país moderno. "Prevaleceram os interesses paroquiais que são atendidos pela ausência de regras", observou.

Para o senador, o presidente Fernando Henrique Cardoso errou ao envolver o Executivo somente nas reformas econômicas do país, no início de seu primeiro mandato, deixando a reforma política a cargo do Legislativo.

Em nome da liderança do governo no Senado, Romero Jucá (PSDB-RR) negou participação do governo na decisão do TSE.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, demonstrou confiança na possibilidade de reverter a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sobre coligações eleitorais, embora a matéria não tenha sido apreciada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ainda pela manhã, Tebet visitou o presidente do TSE, ministro Nelson Jobim.

– Fui dizer para ele que o Congresso está inconformado com a decisão, mas também garantir que vamos agir estritamente dentro das nossas atribuições, preservando, portanto, o princípio da independência e harmonia entre os Poderes – afirmou.

Tebet acha que o fato de a proposta de emenda não ter sido apreciada pela CCJ não significa o insucesso da iniciativa. Pelo contrário, a falta de quórum para a reunião pode ter dado tempo para a conclusão de "conversas políticas necessárias ao êxito na aprovação de uma emenda".



Ramez Tebet disse a Marco Aurélio Mello que discussão sobre coligações não provoca conflito entre Poderes

O senador considerou normal, num regime democrático, o apoio do presidente da República à decisão do TSE.

REUNIÃO NO STF

Ramez Tebet expressou ao presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Marco Aurélio Mello, o inconformismo dos parlamentares quanto à decisão do Tribunal Superior Eleitoral, se-

gundo informou a Secretaria de Imprensa do STF. Tebet disse que a discussão sobre a verticalização das coligações não provoca conflito entre Poderes.

Marco Aurélio explicou que não poderia manifestar sua posição sobre a regra de coligações porque uma emenda constitucional seria passível de contestação no STF.

Fogaça relata PEC, Jefferson quer ouvir líderes

A proposta de emenda constitucional que anula a decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que obriga a verticalização das coligações partidárias será relatada pelo senador José Fogaça (PPS-RS).

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) reafirmou ontem a disposição do Senado de se mobilizar para derrubar a decisão do TSE. O senador explicou que a maioria



Proposta de emenda constitucional será relatada por José Fogaça

dos parlamentares é favorável ao princípio da "verticalidade" das alianças partidárias, consagrado pelo TSE. "Só não é admissível que isto seja criado a apenas oito meses das eleições", ressaltou.

Jefferson Péres anunciou que pretende promover um encontro de líderes do Senado e da Câmara dos Deputados para garantir que a proposta de emenda à Constitui-

ção (PEC) que dá autonomia aos partidos seja aprovada nas duas Casas legislativas. "Não adianta nada a gente aprovar no Senado e a Câmara derrubar depois", disse o senador.

Na avaliação de Jefferson Péres, a PEC é a melhor solução jurídica para reverter a decisão do TSE. Para ele, um decreto legislativo seria de fácil contestação, e uma ação direta de inconstitucionalidade deixaria o Congresso "refém do Supremo Tribunal Federal", já que nada obrigaria o tribunal a julgar o mérito a tempo das eleições.

Heloísa critica possibilidade de "um camelódromo eleitoral"

Além de lamentar a decisão do Tribunal Superior Eleitoral sobre a questão das coligações partidárias, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) criticou ontem a postura do Congresso, que, segundo ela, está articulando, de forma apressada, uma solução casuística.

– O Congresso está utilizando o mesmo casuísmo do TSE, que teve todo o segundo semestre para responder à consulta sobre o as-

sunto e decidiu isso agora, às vésperas das eleições. Da mesma maneira, um assunto que causou alvoroço no Legislativo está sendo agora atenuado.

A solução que pode ser dada pelo Congresso, sob a forma de uma emenda constitucional, continuou Heloísa, consistiria em acatar a resolução do tribunal, permitindo que possam ser feitas coligações informais.

– Aquilo que poderia ser uma peça preciosa para aprimorar a democracia representativa de nosso país representará uma solução casuística. Não haverá coerência programática e iremos fundar, na verdade, com estas decisões, um verdadeiro laranjal, um camelódromo eleitoral – disse.



Heloísa Helena: Congresso articula solução casuística

Emilia resalta discussões do Fórum Social

Ao realizar balanço do 2º Fórum Social Mundial, realizado no mês passado em Porto Alegre, a senadora Emilia Fernandes (PT-RS) fez um paralelo do encontro com o Fórum Econômico Mundial, promovido no mesmo período em Nova York. Segundo destacou, o Fórum Social representou “um contraponto à globalização neoliberal”, concepção marcante no evento econômico.

Emilia lembrou que o encontro em Porto Alegre foi aberto com uma marcha pela paz, reunindo mais de 50 mil pessoas em caminhada às margens do rio Guaíba. Enquanto isso, 30 chefes de Estado, cem ministros e 74 embaixadores, além de banqueiros, controladores de multinacionais e especuladores, discutiam formas de “legitimar os absurdos praticados contra a dignidade humana dos povos que dominam”.



Segundo Emilia, encontro foi um não ao domínio financeiro

Invocando declaração do presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP), a senadora relatou que “o Fórum Social Mundial foi um não ao domínio financeiro no mundo pelas grandes potências e uma exigência de reforma democrática nos organismos internacionais e de uma solução internacional para as questões da dívida externa, do desemprego e da fome”. Segundo informou, a iniciativa reuniu mais de 60 mil pessoas de 131 países, presentes com o espírito de fortalecer a democracia, a solidariedade, a justiça e a paz.

PARLAMENTO

Emilia assinalou ainda a realização, paralelamente ao Fórum Social, do 2º Fórum Parlamentar Mundial, com a participação de mais de 680 representantes de 36 países. Unidos pelo desafio de refletir sobre a situação social, política e econômica mundial, os participantes mostraram-se convencidos de que o terrorismo não será abolido com a escalada militar nem com a violação do direito internacional ou o desrespeito às liberdades fundamentais. Também houve protestos contra a estratégia de dominação da América Latina pelos Estados Unidos, disse.

Imposto Único simplifica a tributação, afirma Lindberg

A medida está prevista em proposta de autoria do senador. Se aprovada, explicou, cada contribuinte recolherá apenas uma alíquota de 3,4%

O senador Lindberg Cury (PFL-DF) defendeu ontem a criação do Imposto Único, como forma de simplificar o sistema tributário brasileiro. A ideia, disse, está prevista em proposta de sua autoria que tramita no Senado e foi discutida em painéis do 12º Congresso Brasileiro das Associações Comerciais, que se realiza em Brasília. O encontro, registrou, foi aberto quarta-feira pelo vice-presidente da República, Marco Maciel.

Segundo Lindberg Cury, embora a reforma tributária seja um tema complexo, que sempre divide opiniões, já existe algum consenso de que é necessário mudar o sistema tributário brasileiro, que tem vários defeitos graves, como permitir elevada evasão fiscal, ser extremamente complexo e tributar excessivamente.

Mozarildo quer fechar brechas na legislação fiscal

O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu a realização de uma reforma tributária para eliminar as brechas legais que permitem a setores econômicos escapar à obrigação tributária – a chamada elisão fiscal. Ele também sugeriu o fortalecimento do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), autarquia vinculada ao Ministério da Justiça, com a criação de quadro próprio de técnicos com autonomia de atuação para investigar o setor bancário.

– Os bancos são o maior exemplo de como é possível contornar

Lindberg disse também que o sistema tributário brasileiro, conforme debate no Congresso das Associações Comerciais que contou com a participação dos deputados Germano Rigotto (PMDB-RS) e Marcos Cintra (PFL-SP) e do empresário Jorge Gerdau Johantper, é um sistema injusto, que não tem proporcionalidade.

a obrigação tributária mediante a utilização de preceitos legais. Outro ponto da reforma tributária que realço é a busca de maior justiça tributária, isto é, retirar, de fato, mais de quem pode mais e menos de quem pode menos. Atualmente, a estrutura tributária brasileira apóia-se fortemente em impostos indiretos sobre o consumo, que igualam, na tributação, o pobre e o rico. Quanto aos impostos dire-



Mozarildo Cavalcanti também sugeriu fortalecimento do Cade

O senador lembrou que a carga tributária que incide sobre os alimentos no Brasil situa-se em torno de 30%, o que significa, disse, punição para as famílias de baixa renda, que estão recolhendo o tributo ao consumirem pão, arroz, feijão ou outro produto da alimentação básica.

RENDA

A vantagem do imposto único, para Lindberg, é que ele simplificaria em muito o sistema tributário brasileiro, hoje com mais de 50 impostos, taxas e contribuições, acabando com a sistemática de se juntar recibos para a elaboração, ao final do ano, das extensas declarações de renda.

Cada pessoa recolheria, a exemplo do que é feito com a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), um único imposto, com alíquota de 3,4%. Está provado, na prática, portanto, que o sistema de imposto único é exequível, disse.

tos sobre a renda, incidem fortemente sobre os cidadãos de classe média com o emprego formal.

Mozarildo também falou da cartelização dos bancos. Segundo ele, nos últimos anos houve grande modernização da estrutura econômica e das instituições governamentais que tratam da economia no Brasil, mas ainda falta uma agência antitruste forte, que garanta a concorrência.



Lindberg lembra que há consenso sobre a necessidade de mudar o sistema tributário

Bezerra reclama política específica para autopeças

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) propôs que a indústria de autopeças seja incluída no rol dos setores que precisam de uma política industrial específica. Áreas estratégicas e dinâmicas da economia, com amplo efeito multiplicador, como o setor de autopeças, que segundo o senador é vocacionado também para a exportação, devem receber tratamento especial.

Baseado em estudo da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP), ele denunciou o acentuado processo de desnacionalização que atingiu o setor a partir da implantação de políticas neoliberais nos anos 90.

– Uma indústria que até o começo dos anos 90 era praticamente toda nacional tem hoje a seguinte composição do capital: 58% das empresas são de capital nacional – ou seja, aquelas que possuem mais da metade de seu capital em mãos de brasileiros – e 42% são de capital transnacional – disse.

Conforme o senador, análise mais sofisticada do setor, realizada pelo estudo da USP, que inclui capacitação tecnológica e de domínio das etapas mais importantes da indústria, demonstra que a participação nacional na área de autopeças é ainda mais reduzida. Quando se considera apenas o primeiro nível de fornecimento da cadeia de produção, aquele que é mais importante e agrega maior valor, pois é composto pelas empresas que vendem diretamente para as montadoras, verifica-se que a presença das transnacionais é preponderante, pois 80% delas situam-se nesse nível, segundo Bezerra.

O senador também ressaltou que o saldo da balança comercial da indústria de autopeças indica que houve completa reversão nos últimos anos. Até 1997, o Brasil era superavitário, exportava mais autopeças do que importava. A partir de 1997, o setor tornou-se deficitário. Em 2000, o déficit foi de US\$ 407 milhões. Em 2001, de US\$ 528 milhões. Os dados são do Sindipeças, disse Bezerra.



Carlos Bezerra: setor sofre desnacionalização desde os anos 90

Rocha aponta irregularidade no orçamento do Amapá

O Amapá tem duas leis orçamentárias para 2002, conforme denúncia do senador Sebastião Rocha (PDT-AP). Ele explicou que a irregularidade pode ser comprovada pela publicação no *Diário Oficial* do estado, em datas diferentes, dos dois textos legais. O senador manifestou seu re-



Sebastião Rocha: estado tem dois orçamentos para 2002

púdio ao fato, apontando divergências políticas locais como causa do problema.

Rocha contou que o *Diário Oficial* de 10 de janeiro deste ano publicou a lei orçamentária para o Amapá sancionada pelo governador. No dia 30 do mesmo mês, detalhou, foi publicada outra versão da lei que fixa o exercício financeiro do estado,

nesse caso promulgada pelo presidente da Assembléia. A segunda lei, conforme o senador, não revogava a anterior.

– Esse fato pitoresco e exótico se originou em um conluio entre parte de deputados da Assembléia Legislativa do estado e o governador do Amapá, João Alberto Capiberibe. Mais uma vez eu tenho que lamentar uma atitude de autoridades do Amapá que atinge a moral do estado e é antiética – afirmou.

Formação de pessoal em saúde terá novas regras

Projeto de lei aprovado pelo Plenário prevê a realização de atividades práticas em serviços públicos ligados ao Sistema Único de Saúde. Também foi acolhida proposta de regulamentação da profissão de cerimonialista

Projeto determina distribuição de preservativos em motéis

Projeto de lei apresentado pela senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) obriga o fornecimento gratuito de preservativos em motéis, estabelecimentos do tipo *drive-in* e similares e a distribuição de folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis (DST). Esse projeto, argumenta a senadora, visa reforçar a política de prevenção dessas doenças, incluindo a Síndrome de Deficiência Imunológica Adquirida (Aids).



Maria do Carmo quer estender a todo o país iniciativa já adotada em alguns estados

Na justificativa da proposta, a senadora afirma que a Aids é contrária por aproximadamente 20 mil pessoas por ano no Brasil, dado a seu ver alarmante, principalmente porque o uso do preservativo é método simples e seguro para prevenir a transmissão dessas doenças na maior parte dos casos.

— Os estados da Bahia, do Espírito Santo e de São Paulo e o município de Porto Alegre já aprovaram leis de conteúdo similar, razão porque propomos uma norma de alcance nacional para beneficiar a população das demais regiões do país — explica a parlamentar.

O Ministério da Saúde já distribuiu cerca de 200 milhões de preservativos masculinos via programas estaduais e municipais de combate à Aids e organizações não-governamentais que trabalham com prevenção e assistência em DST, informa Maria do Carmo. Esse procedimento, acrescenta, vem sendo implantado também para a distribuição de preservativos femininos.

A matéria está aguardando possíveis emendas de outros senadores na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e posteriormente seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde deve receber decisão terminativa.

Plenário aprova programação monetária do 1º trimestre

O Plenário acolheu ontem projeto de decreto legislativo que aprova a programação monetária do governo para o primeiro trimestre de 2002. A partir do comportamento estimado para a demanda por papel-moeda e por depósitos à vista, projeta-se crescimento em 12 meses para o saldo médio da base monetária restrita de 13,3% em março e de 15,1% em dezembro deste ano.

De acordo com mensagem presidencial encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), a programação dos agregados monetários para

os três primeiros meses deste ano é consistente com o atual regime de política monetária, baseado em metas para a inflação, e o comportamento esperado para a renda nacional e as taxas de juros.

As perspectivas para 2002, segundo a mensagem, são favoráveis. “Espera-se a melhora no resultado das transações correntes, pelo incremento do superávit na balança comercial, e que as fontes de financiamento, mesmo com previsões conservadoras, sejam suficientes para atender às necessidades externas do país”, diz o documento.

O Plenário aprovou ontem projeto de lei de autoria do então senador Almir Gabriel — atual governador do Pará — que estabelece normas para a formação e a atualização de recursos humanos na área de saúde. Ao regulamentar a Constituição, afirma o autor na justificativa de sua iniciativa, a proposta destina-se a preparar os profissionais do setor para enfrentar os principais problemas de saúde da população brasileira e a mantê-los atualizados em relação à realidade nacional, em termos clínicos, epidemiológicos e terapêuticos.

O texto aprovado — a ser enviado à Câmara dos Deputados — prevê que a formação de profissionais de saúde, nos níveis de ensino médio e superior, incluirá atividades práticas realizadas, na maior parte, em serviços públicos ligados ao Sistema Único de Saúde.

O Plenário aprovou também



Plenário aprovou projeto de Almir Gabriel, atual governador do Pará, que fixa normas para a formação e a atualização na área de saúde

projeto do senador Arlindo Porto (PTB-MG) que regulamenta a profissão de cerimonialista e cria o Conselho Federal e os conselhos regionais de Cerimonial. Ao justificar sua proposta, Arlindo registra a crescente demanda por profissionais do setor e aponta a necessidade de se estabelecerem direitos e obrigações de todos os

que desenvolvam o trabalho de cerimonialista.

Foram ainda acolhidos o projeto de decreto legislativo que renova a permissão à Rádio Montanhês FM Stereo, de Campos Gerais (MG), e o que aprova autorização à Associação Cultural Rádio Liberdade FM para serviço de radiodifusão comunitária em Itaquí (RS).

Arlindo Porto destaca papel do cerimonialista

Após a aprovação do projeto de sua autoria que regulamenta a profissão de cerimonialista, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) agradeceu o apoio dos senadores, pois a atividade, na sua opinião, tem papel fundamental na organização das instituições. Ele elogiou o trabalho do relator na Comissão de Assuntos Sociais, Valmir Amaral (PMDB-DF), por ter estudado o assunto e se aprofundado na questão antes de apresentar o voto favorável.

— Na solenidade de abertura de uma Olimpíada, se tudo acontece sem tropeço, organizadamente, lá está a presença do cerimonialista.



Arlindo Porto agradeceu o apoio dos demais senadores a seu projeto de lei

Na posse de um presidente, dos presidentes do Congresso, nas paradas militares ou em um casamento, lá

está o Cerimonial, que, muitas vezes, passa despercebido — afirmou.

Arlindo explicou que seu objetivo é abrir maiores perspectivas para esses profissionais. Ele destacou o papel do Comitê Nacional do Cerimonial Público que, por seu presidente, o mineiro Ronan Ramos, defendeu a necessidade de a atividade contar com legislação específica.

Em aparte, Valmir Amaral afirmou que foi gratificante ser relator do projeto e parabenizou Arlindo pela iniciativa. Já o senador Lindberg Cury (PFL-DF) cumprimentou a categoria pela conquista.

Tião Viana defende qualificação de enfermeiros

Projeto apresentado pelo senador Tião Viana (PT-AC), que tramita na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), pretende regularizar a profissão de enfermeiro. O senador quer que a enfermagem, considerada por ele “esteio dos serviços de saúde”, seja exercida apenas por profissionais graduados em curso superior. De acordo com o projeto, a partir de 31 de dezembro de 2012 não mais serão concedidos registros para atendentes, auxiliares e técnicos em enfermagem.

O projeto estabelece que será assegurado acesso especial aos cursos superiores para os profissionais que atuam na área sem essa qualifi-

cação. “Não basta que nos preocupemos com a formação dos futuros profissionais. Nossa realidade demonstra ser impossível ignorar a importância da qualificação do trabalhador já atuante que carece de devida escolarização”, argumenta o senador.

Tião Viana entende que o investimento na qualificação desses profissionais significará profunda mudança no atendimento público de saúde no país. De acordo com estimativas do Ministério da Saúde, informou o senador, há 225 mil trabalhadores sem qualificação técnica adequada para as funções que desempenham. A experiência positiva



Projeto de Tião Viana prevê que enfermagem seja exercida apenas por graduados em curso superior

de capacitação para todos os professores primários, efetivada em vários estados, o encorajou a apresentar a proposta, explicou.

Lúdio quer Forças Armadas no combate à criminalidade

Para o senador, as famílias devem também participar de iniciativas contra a violência, “que está ligada à falta de funcionamento do sistema carcerário”

As famílias brasileiras e as Forças Armadas devem participar ativamente no combate ao crime que vem intranquilizando toda a sociedade, defendeu ontem o senador Lúdio Coelho (PSDB-MS). Para ele, o aumento da criminalidade no país não se deve à falta de leis, mas sim a fatores como o desaparecimento das prisões e das polícias.

O problema está no mesmo contexto dos surtos de dengue, da morosidade do Judiciário e da situação precária das estradas, analisou, referindo-se à carência de investimentos públicos em diversos setores fundamentais.

A maior parte dos crimes hediondos e bárbaros que vêm sendo cometidos em todo o país, no entender de Lúdio, é praticada por criminosos reincidentes ou por fugitivos das prisões, evidenciando que “nosso sistema penitenciário não está funcionando de forma adequada”, disse.

— Temos de melhorar urgentemente a qualidade dos serviços públicos porque está claro que a grande quantidade de crimes que ocorre atualmente está muito mais ligada à falta de funcionamento do nosso sistema carcerário do que à venda de armas.

Conforme o senador, o aumen-



Lúdio considera que o aumento da criminalidade não se deve à falta de leis

to da criminalidade pode ter relação com a venda ilegal de armas, porque, “através do contrabando, qualquer um compra a arma que quiser”. De nada adianta, afirmou, proibir a venda de armas, o que somente iria dificultar a compra pelos cidadãos, não representando qualquer obstáculo à aquisição pelos bandidos. E indagou “qual é a lei que vai proibir vender arma proibida”.

Para que o Brasil tenha êxito no combate à violência, Lúdio Coelho acredita ser necessário que a família brasileira se conscientize do problema e decida atuar de forma integrada aos órgãos de segurança. É ainda fundamental que as Forças Armadas, que possuem

os melhores quadros de recursos humanos e equipamentos modernos, também se integrem na luta contra a criminalidade.

O senador também criticou o excesso de cuidado de alguns setores da sociedade que “invocam os direitos humanos na defesa de criminosos bárbaros”.

POLICIAL

Em aparte, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) ressaltou a necessidade de o governo investir mais firmemente na carreira do policial. Seria a forma de resgatar a dignidade do profissional e impedir o aliciamento de policiais por bandidos. “A corrupção cresce no meio policial por desatenção ao profissional dessa área”, declarou. Já o senador Arlindo Porto (PTB-MG) disse que 90% dos crimes cometidos hoje no Brasil envolvem armas não registradas. O dado, afirmou, mostra a ineficácia de se proibir a venda de armas, conclusão também aceita pelo senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), para quem “é preciso desarmar os bandidos, não os pais de família que guardam uma arma em casa para se proteger”.

Também em aparte, José Fogaça (PPS-RS) disse discordar do envolvimento das Forças Armadas no combate ao crime.

Carlos Wilson sugere aumento de pena para quem utilizar menor em crime

A utilização de menores de idade na prática de crimes pode ser considerada agravante. É o que propõe o senador Carlos Wilson (PTB-PE) em projeto apresentado esta semana. A proposta é aumentar em um terço a pena para os criminosos que tenham se valido da participação de menores de 18 anos.

— O que a gente vê hoje é que os marginais lançam mão de menores para a prática de seus delitos, valendo-se do benefício que lhes é conferido pela imputabilidade. Agravando as penas dos maiores, os criminosos terão que pensar duas vezes antes de arregimentar os jovens.

Carlos Wilson apresentou semana passada outros dois projetos com o objetivo de reduzir os índi-

ces de violência no país. Um deles obriga, em todos os programas habitacionais financiados pela Caixa Econômica Federal, a reserva de 10% das unidades para aquisição por policiais civis e militares. Além disso, a Caixa poderá criar linhas de financiamento especiais para as duas categorias.

— Não podemos fechar os olhos para a realidade. Policiais civis e militares convivem com o crime no cotidiano de suas vidas. A maioria mora em condições precárias, torna-se vizinha de marginais e é obrigada a esconder a sua condição de agente da lei, sob pena de comprometer a sua segurança e a de sua família.

Outro projeto de Carlos Wilson propõe que o estrangeiro que estiver sendo processado,



Segundo Carlos Wilson, agravamento da pena diminuirá participação de menor em ação criminosa

ou tiver sido condenado no Brasil por crime punível com pena privativa de liberdade, somente poderá ser expulso depois da conclusão do processo ou do cumprimento da pena.

Apenas o presidente da República teria a prerrogativa de conceder livramento condicional a estrangeiro. Caberia ao chefe do Executivo a decisão sobre a conveniência da expulsão do condenado antes do livramento condicional.



Peritos solicitaram a Tebet inclusão, na pauta da Comissão de Segurança, de PEC que garante à categoria independência em relação à polícia civil

Peritos pedem autonomia em relação à polícia civil

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem o presidente da Associação Brasileira de Criminalística, Humberto Jorge de Araújo Pontes, que veio defender a inclusão, na pauta da Comissão Mista de Segurança Pública, da proposta de emenda à Constituição que estabelece a autonomia da perícia em relação à polícia civil.

Tebet prometeu encaminhar a solicitação ao presidente da co-

missão, senador Iris Rezende (PMDB-GO).

A medida já é adotada em alguns estados, que vincularam a perícia à secretaria de segurança pública. Presidentes de associações de peritos criminais dos estados compareceram à audiência, entre eles Rui Rodrigues, de Mato Grosso do Sul. Eles também defenderam a reestruturação da perícia com a atualização de equipamentos e recursos humanos.

Cândido propõe debate sobre os serviços de inteligência

O senador Geraldo Cândido (PT-RJ) anunciou que vai requerer à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) a realização de audiência pública para debater a utilização indevida dos serviços de inteligência e o que é preciso fazer “para extirpar essa herança do período autoritário”. A preocupação do senador decorre de reportagem do *Jornal do Brasil* denunciando a utilização do Serviço de Inteligência do Exército em atividades de espionagem de partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais.

Segundo o jornal, 541 agentes, distribuídos em 29 unidades de inteligência do Exército, estariam acompanhando as ações de entidades legalmente constituídas. Para Cândido, agentes governamentais estariam utilizando métodos ilegais próprios dos regimes de exceção. Por esse motivo, disse, estão sendo investigados pelo Ministério Público Federal. Para o parlamentar, um Estado democrático de direito não admite que agentes públicos usem métodos ilegais para investigar pessoas.

— Os chamados serviços de in-



Geraldo Cândido afirmou que agentes públicos usam métodos ilegais para investigar pessoas

formação foram um instrumento amplamente utilizado pelos regimes autoritários. Na triste e sangrenta história das ditaduras sul-americanas, não há uma sequer que não tenha se valido de tão cruel ferramenta para hostilizar e massacrar os que lutavam pela redemocratização de suas nações — declarou.

O senador lembrou que, com o fim do regime militar no Brasil, organismos como o Serviço Nacional de Informações e os Doi-Codis foram extintos. No entanto, a desativação parece não ter ocorrido até hoje, afirmou.



Segundo Fernando Bezerra, atividade no Nordeste está sendo tolhida pelo Ibama

Fernando Bezerra defende setor da carcinicultura

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) defendeu ontem, em pronunciamento, a carcinicultura – criação de camarões em cativeiro –, no Nordeste e especialmente no Rio Grande do Norte. Segundo ele, essa atividade está sendo tolhida pela ação do Instituto Nacional do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

– A preservação do meio ambiente é fundamental para o futuro da Humanidade, mas é preciso que encontremos formas racionais de, preservando-o, fazer com que se desenvolvam as oportunidades de desenvolvimento econômico que se apresentam – afirmou.

A carcinicultura, de acordo com Fernando Bezerra, tem sido desenvolvida principalmente por micro e pequenas empresas no Rio Grande do Norte, somando 231 os empreendimentos de pequeno porte no ramo. “Todas essas pequenas empresas hoje têm sua atividade econômica cerceada por uma incompreensão do Ibama. Delas, apenas 5% são acusadas de degradação do meio ambiente. E 95% têm as suas atividades paralisadas simplesmente por razões burocráticas”, protestou.

EXPORTAÇÃO

Conforme Fernando Bezerra, a carcinicultura é hoje a principal atividade da pauta de exportações do Nordeste. O camarão produzido em cativeiro na região é o que apresenta maior produtividade no mundo, e o setor emprega, ali, 17 mil pessoas. No Rio Grande do Norte, com a decadência das salinas do estado, os tanques produtores de sal passaram em muitos casos a ser aproveitados para a criação de camarões.

– É crucial para o nosso país exportar. E essa é uma atividade econômica em que nós somos competitivos em qualquer lugar do mundo – salientou.

Alcântara destaca papel do turismo para o Brasil

Ele disse que o investimento para se criar um posto de trabalho no setor chega a ser dez vezes menor do que o gasto na indústria automobilística

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) destacou ontem o caráter estratégico da indústria do turismo para o país, em especial no Nordeste. Recorrendo a dados econômicos para enfatizar a importância do setor, Alcântara lembrou, por exemplo, que o investimento necessário para criar um posto de trabalho na área do turismo chega a ser dez vezes menor do que o gasto para fazer o mesmo na indústria automobilística.

– No que concerne à geração de emprego, portanto, o investimento na atividade turística implica excelente retorno, superior à grande maioria dos demais ramos da economia – salientou.

O turismo, enfatizou, também tem grande relevância para a captação de divisas pelo Brasil, ficando atrás apenas da soja. Mas considerou que, apesar do grande crescimento nos



Captação de divisas pelo país na atividade turística só perde para a soja, afirmou Alcântara

últimos anos, com previsão de 6,5 milhões de turistas estrangeiros em visita ao Brasil em 2003, os números ainda são modestos.

No Nordeste, afirmou o senador, graças a incentivos governamentais como o Programa de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur), o setor de turismo dispõe hoje de

infra-estrutura e oferta de serviços de qualidade internacional. Entre 1994 e 1998, o fluxo de turistas na região aumentou 81%, tendo sido gerados no período 3,8 milhões de empregos.

Alcântara disse esperar que a segunda etapa do programa, o Prodetur II, com previsão de investimentos de US\$ 670 milhões, repita os resultados da primeira fase. Para seu estado, o Ceará, informou o senador, o programa deve realizar projetos fundamentais visando consolidar o turismo na região metropolitana de Fortaleza e nos litorais leste e oeste.

– Nossa aposta centra-se na associação do binômio turismo de lazer e turismo de negócios como alternativa capaz de dar sustentabilidade à indústria turística e de atrair investimentos privados ao estado – afirmou.



Romero Jucá elogiou a inclusão de Roraima no plano nacional para o setor petrolífero

Jucá registra as novas projeções para a economia

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), pediu a transcrição nos Anais do Senado de matéria publicada ontem pelo jornal *O Globo*, mostrando as novas projeções para os índices econômicos este ano, feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Segundo o senador, o instituto teve que rever para melhor os dados publicados no final do ano passado sobre o possível desempenho da economia brasileira em 2002. Essa revisão, explicou Jucá, deve-se a uma reavaliação das conjunturas nacional e internacional.

Entre as mudanças, estão a redução da taxa Selic, do dólar e da relação entre a dívida pública e o Produto Interno Bruto (PIB). Sobre o PIB, aliás, o Ipea projeta um crescimento de 2,5%. Espera ainda uma elevação da entrada de investimentos diretos estrangeiros.

– Esses novos números são importantes para mostrar o equilíbrio da gestão do Brasil, que, diferentemente da Argentina, dá exemplo de crescimento, progresso e enfrentamento das dificuldades nacionais.

PETRÓLEO EM RORAIMA

Jucá elogiou, em outro pronunciamento, iniciativa do diretor da Agência Nacional do Petróleo, Sebastião do Rêgo Barros, e do ministro de Minas e Energia, José Jorge, de incluir Roraima no plano nacional do setor para 2003, entre os estados em que haverá pesquisa e prospecção de jazidas de petróleo.

Segundo ele, a decisão justifica-se do ponto de vista técnico, já que a Venezuela e a Guiana, que possuem grandes reservas de petróleo, são países vizinhos ao estado.

– Se for detectada a existência de lençóis petrolíferos, o perfil econômico do estado, e até da Região Norte, será completamente alterado – afirmou.

Comissão do Mercosul estará presente em dois seminários

A representação brasileira da Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul participará, de 10 a 14 de março, do seminário internacional “O Mercosul, a Alca e o Endividamento Externo”, que será realizado em Fortaleza (CE), paralelamente a reunião promovida pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento, que se inicia três dias antes.

Os trabalhos do seminário serão abertos pelo senador e presidente da comissão, senador Roberto Requião (PMDB-PR), e contará com parlamentares da Argen-

tina, Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile. Serão apresentados painéis com os temas “O endividamento externo e suas consequências sociais”, “Blocos econômicos e o novo papel dos parlamentos na integração regional do Cone Sul” e “A Alca e seu impacto no Mercosul”. Ao final do encontro será elaborada e entregue a “Declaração de Fortaleza” com as conclusões e sugestões dos debatedores.

No dia 14, a representação brasileira na Comissão do Mercosul participará, em Natal, de outro seminário internacional, denomi-



Abertura do seminário em Fortaleza será feita por Roberto Requião

nado *O Mercosul e a Área de Livre Comércio das Américas (Alca): Desafios e Oportunidades*. Também participam do encontro as representações da Argentina, do Paraguai e do Uruguai, os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado do Chile e da Bolívia, entre outras autoridades.

Furlan quer remover barreiras às exportações

O senador Vasco Furlan (PPB-SC) afirmou que a complexidade e a inadequação do sistema tributário brasileiro vêm criando uma série de barreiras práticas e jurídicas para o incremento da produção e o aumento das exportações. Furlan, que se licenciou do mandato, lembrou que a exportação “é o caminho da sobrevivência” e condição essencial



Vasco Furlan registrou encontro em Brasília de empresários do comércio

para o equilíbrio da balança comercial.

Furlan fez essa declaração ao registrar, em Plenário, a realização, em Brasília, do XII Congresso Brasileiro da Confederação das Associações Comerciais do Brasil, destacando, entre os temas em debate no encontro, a reforma tributária e a desoneração fiscal.

– Um dos maiores problemas

decorrentes de nossa legislação tributária é a oneração de nossa produção por uma carga fiscal quase insuportável – acrescentou, observando que o exportador brasileiro não tem recebido estímulos para melhor competir.

Vasco Furlan também se reportou ao papel desempenhado pelo micro e pequeno empresários nas exportações brasileiras, assinalando que não apenas o segmento exportador deve ser beneficiado pela reforma tributária.

Artur da Távola saúda o centenário de Lúcio Costa

Líder do governo destaca obra do arquiteto que planejou Brasília e o “sentido de integração social” decorrente da concepção urbanística da cidade

Em nome do governo, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) saudou o centenário do urbanista Lúcio Costa e pediu a transcrição nos Anais do Senado do caderno especial editado pelo jornal *Correio Braziliense* em homenagem ao arquiteto. O senador lamentou que o homem que planejou Brasília não seja tão lembrado como deveria.

— Poucas pessoas analisam o conteúdo profundo da concepção de Brasília, que é o aspecto mais significativo da obra de Lúcio Costa nesta cidade — disse o senador.

Artur da Távola destacou o “sentido de integração social” decorrente da concepção urbanística de Brasília, ressaltando que a cidade tem uma das melhores relações, no mundo, entre espaço verde e área construída.

O senador também mencionou o espírito de cidadania que se desenvolveu em Brasília, observando

que, embora seja fruto do bom nível cultural da população, não deixa de ter influência da concepção da cidade, que permitiu que esse espírito surgisse. Ele citou como exemplo o respeito dos motoristas brasilienses à faixa de pedestres, o que não ocorre em outras cidades.

Artur da Távola lembrou que a concepção de vida de Brasília é hoje um patrimônio da humanidade: “É a concepção de vida de uma cidade concebida para um mundo sem distâncias sociais significativas, de integração entre seus vários segmentos”.

Para o senador, Brasília criou, nesses anos, uma concepção de mundo que merece a reflexão de todos, “e isso se deve ao gênio de Lúcio Costa”.

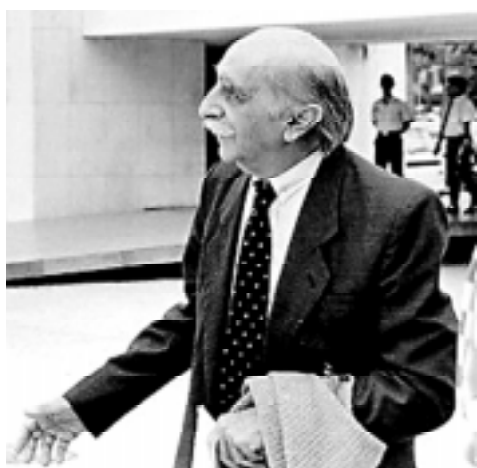
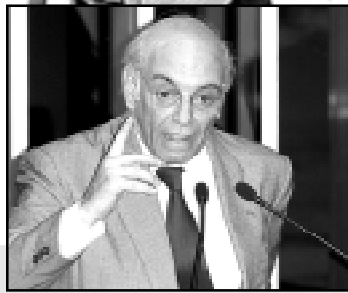


Foto: W. Oniviano

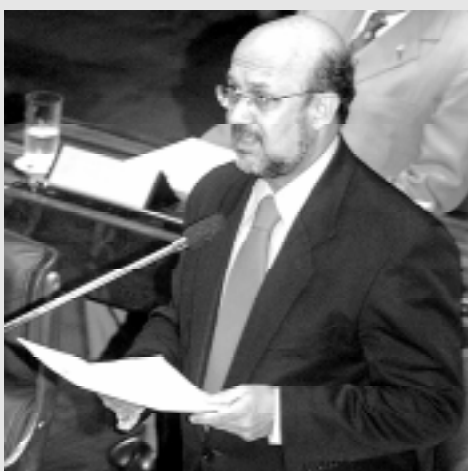


Para Távola (foto menor), concepção de vida de Brasília “deve-se ao gênio de Lúcio Costa”

Educação melhora a qualidade de vida, afirma Ricardo Santos

O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) defendeu a valorização da educação como o melhor instrumento para uma mudança da qualidade de vida do brasileiro. A reversão da combinação perversa entre a pobreza, a subescolarização e o desemprego juvenil, afirmou, somente será possível com uma educação de qualidade em todos os níveis e uma maior integração entre a educação e o trabalho, por meio do ensino profissional.

Ricardo Santos relatou os resultados do 1º encontro estadual para a elaboração dos planos municipais de educação, realizado em Vitória (ES) entre os últimos dias 25 e 26, com a participação de 450 representantes da área de educação, entre secretários municipais, assessores, diretores de



Ricardo Santos destacou encontro sobre planos municipais de educação no Espírito Santo

escola e educadores de todos os municípios do estado.

O senador considerou surpreendente e positiva a motivação política das municipalidades no sentido de equacionar e solucionar as grandes questões relativas à educação básica em suas comunidades, enten-

dendo perfeitamente a importância crucial de se estender o acesso à escola de qualidade a todos os brasileiros, conforme os compromissos firmados pelo Brasil nas Conferências Internacionais de Dacar e Jomtien.

Para Ricardo Santos, os planos municipais e estaduais de educação devem representar, a partir das grandes metas do Plano Nacional de Educação (PNE), pactos regionais e agenda de compromissos a serem firmados entre o Poder Público e a sociedade nas diversas regiões do país, para executar, em regime de colaboração, ações de melhoria contínua da educação que devem começar com a expansão do ensino infantil — de 0 a 6 anos —, a universalização da educação fundamental e a valorização do ensino profissionalizante.



Aristorides Stadler (à esquerda) presta juramento perante a Mesa, assumindo temporariamente a cadeira de Bornhausen

Stadler assume vaga de Santa Catarina no Senado

O empresário Aristorides Vieira Stadler assumiu ontem a cadeira do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), licenciado por 120 dias para coordenar a campanha da governadora do Maranhão, Roseana Sarney (PFL), à Presidência da República. Segundo suplente do senador, Stadler, que é membro da executiva estadual do PPB, chega ao Senado com o propósito de defender iniciativas nas áreas de segurança, saneamento, turismo e transportes.

Depois de prestar o compromisso regimental em Plenário, o senador Aristorides Stadler (PPB-SC) destacou a “responsabilidade” de substituir Bornhausen, afirmando que vai dar continuidade ao trabalho realizado pelo titular da cadeira. Entre os compromissos que de-

verá assumir no exercício do mandato, está o de reivindicar a agilização das obras no trecho sul da BR-101, entre os municípios de Palhoça (SC) e Osório (RS).

Stadler também pretende envidar esforços para aumentar a participação relativa de Santa Catarina no Orçamento da União, tendo em vista o “alto retorno” dos recursos federais investidos no estado e a participação da economia catarinense na balança comercial.

Stadler, que já exerceu diversos cargos executivos no governo de Santa Catarina, ocupa o lugar do primeiro suplente de Bornhausen, Vasco Furlan, que foi convocado para o Senado, mas licenciou-se para disputar a eleição a deputado estadual.

Edison Lobão elogia apoio a agricultores no Maranhão

O senador Edison Lobão (PFL-MA) elogiou ontem a criação, pelo governo do Maranhão, do programa de rádio *Terra Viva*, destinado a orientar os produtores rurais sobre o uso de novas tecnologias no campo. Lobão afirmou que o novo programa é mais uma iniciativa do governo estadual no sentido de apoiar a agricultura.

De acordo com o senador, o *Terra Viva* pretende estimular vivências comunitárias, estimular a reflexão e ações concretas de empreendedorismo. Com duração de 10 minutos, o programa está sendo veiculado em 34 emissoras de rádio da capital e do interior do Maranhão.

— A importância do programa *Terra Viva* é muito maior do que podemos aqui registrar, principalmente se levarmos em considera-



Segundo Edison Lobão, programa *Terra Viva* orienta produtores rurais sobre o uso de novas tecnologias

ção o fato de o Maranhão ser o único estado brasileiro a manter uma população rural proporcionalmente elevada em relação à urbana — afirmou Lobão.

Segundo o Censo de 2000, citado pelo senador, 48,2% dos 5,6 milhões de habitantes do Maranhão residem em áreas rurais.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Mozarildo Cavalcanti, Romeu Tuma e José Coelho